



**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, público presente, quem nos acompanha pela TV Alems. *“Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE — Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Um da Vigésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 7 a 10/2025, do Poder Executivo; E-mail Transfere Gov; Ofício nº 318/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofício nº 80513/24 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 33 e 124/2025, da Agência Nacional de Telecomunicação; Ofício nº 177/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 99/2025, da Prefeitura Municipal de Nioaque; Ofício nº 1.430/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande; Ofício nº 1749/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Ofícios nºs 442, 443 e 471/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 673/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE — Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Zeca do PT, Zé Teixeira, Gleice Jane, Professor Rinaldo, Junior Mochi e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Coronel David, Neno Razuk, João Henrique e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 2/2025, de autoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Projeto de Lei nº 49/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº*



289/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 2/2025, de autoria do deputado Jamilson Name. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Marcio Fernandes, em coautoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Paulo José Barbosa; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de Estado de Educação, professor Hélio Queiroz Daher, e à diretora da Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, do município de Corumbá, senhora Erica Oliveira, extensiva a todo o corpo docente e discente, em razão da reforma e revitalização do prédio da escola; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à diretoria do Hospital Adventista do Pênfigo, na pessoa de seu diretor, o senhor Éverton Martin, e toda equipe médica, na pessoa do doutor Gustavo Repassi, pela realização do 26º transplante de fígado numa jovem de 24 anos de idade do município de Japorã/MS; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Zé Teixeira, Gerson Claro, Roberto Hashioka, Zeca do PT, Gleice Jane, Pedro Kemp, Paulo Corrêa e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** — Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira e Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de abril do ano de dois mil e vinte e cinco” Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o nobre deputado Paulo Duarte, com a permissão do deputado Paulo Corrêa, hoje em plenário virtual.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Preste atenção, Paulo Corrêa!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Estou prestando muito atenção.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Deixa eu ver sua vestimenta, deputado... OK, tudo certo... porque o presidente Gerson outro dia me chamou a atenção, quando eu estava on-line, que eu não estava com a indumentária correta... Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, público presente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 16 de abril de 2025: Ofícios nºs 21.114 e 26.092/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Zeca do PT (Prot. nºs 298, 666/2025); E-mail/Ofício nº 0132/2025, da Caixa Econômica Federal, comunicando Extinção Contratual; Email - Transfere.Gov - notificação de alteração no Plano de Trabalho - Plano de Ação 09032022-20151(Prot. nº 1151/2025); Ofício nº 0317/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 782/2025); Ofício nº 57/2025, da Fundação de Cultura de Naviraí, respondendo ao



requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 803/2025); Carta nº 235/2025, do Consórcio Guaicurus, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 475/2025). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique... Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação, que vai para o senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando providências no sentido de realizar a manutenção, limpeza, poda de árvore e recuperação dos brinquedos, calçadas e do quiosque de apresentação cultural da Praça do Peixe, localizada na rua Bom Pastor, bairro Vilas Boas, nesta Capital. Outra indicação, esta à senhora Cândice Gabriela Arósio, procuradora-geral da Procuradoria Regional do Trabalho de Campo Grande, com cópia à senhora Alessandra Rossi Cáceres Mendonça, conselheira-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando a realização de força-tarefa entre o Ministério Público do Trabalho e o Conselho Tutelar de Campo Grande, no sentido de fiscalizar e combater o trabalho infantil nos arredores dos bares e restaurantes desta Capital, especialmente no período noturno. Acontece que frequentadores de bares e restaurantes da capital relatam o aumento do número de crianças abaixo dos doze anos vendendo balas e doces nos estabelecimentos após as 21 horas. Espantam-se eles pela baixa idade das crianças que passam de bar em bar vendendo doces altas horas da noite sem a companhia de um adulto. A situação expõe essas crianças e esses adolescentes a uma série de riscos, como acidentes, atropelamentos, violência de todos os tipos, abuso sexual e uso de drogas, além de prejudicar o seu desenvolvimento. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada indicação deste Poder ao senhor Hélio Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a troca com urgência de toda a rede elétrica da Escola Estadual Padre José Escampini, para que a unidade escolar possa instalar os aparelhos condicionadores de ar que recebeu por meio de emenda parlamentar. Atendemos aqui a um pedido da direção da escola, que efetivamente recebeu já emendas parlamentares para a compra de aparelhos de ar-condicionado, só que a escola não tem como instalar esses aparelhos por conta das condições da sua rede elétrica, que precisa passar por reforma: o padrão da escola precisa ser trocado. Então estamos pedindo urgência, porque de fato, na época do calor, é insuportável a permanência das crianças em sala de aula. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Luciano da Silva, vereador de Selvíria; do vereador Rodrigo Enfermeiro, de Rio



Brilhante; e da senhora Livia Dias, vereadora também de Rio Brilhante. Obrigado pela presença. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Apresento algumas indicações, senhor presidente. A primeira é ao senhor secretário Rodrigo Perez Ramos, solicitando a manutenção e o encascalhamento da estrada vicinal que parte do KM 7 da MS-156, com acesso à direita, num segmento de aproximadamente dois quilômetros, localizado na região da saída para o Porto Cambira, entre o Distrito Industrial e o perímetro urbano de Dourados. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos senhores deputados e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, solicitando gestões e a destinação de recursos da União visando ao atendimento da instituição filantrópica Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, localizada nesta Capital. Por último, registro uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente do Detran/MS, senhor Rudel Trindade Júnior, solicitando a realização de estudos técnicos e a elaboração de um projeto de sinalização viária para o município de Dourados, contemplando a liberação de serviços para a implantação de faixas elevadas de travessia em vinte pontos estratégicos da malha urbana, bem como a destinação de equipamento para a demarcação viária horizontal (modelo ITH2/100). Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Jamilson Name. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Apresento um requerimento, senhor presidente. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que seja expedido ofício deste Poder ao gerente regional da Agência Nacional de Mineração (ANM) no Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Luiz Cláudio Sousa, solicitando que seja enviada a esta Casa de Leis informações detalhadas sobre a exportação de minérios nos municípios de Corumbá e Ladário e sobre os repasses referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, especificando: a) informar, de forma distinta, qual a quantidade de minério exportado dos municípios de Corumbá e Ladário, no primeiro trimestre de 2024; b) informar, de forma distinta, qual a quantidade de minério exportado dos municípios de Corumbá e Ladário no primeiro trimestre de 2025? c) relativamente à CFEM, qual o montante repassado aos municípios de Corumbá e Ladário, referente ao primeiro semestre de 2024? d) relativamente à CFEM, qual o montante repassado aos municípios de Corumbá e Ladário, referente ao primeiro trimestre de 2025? e) Com relação ao repasse da CFEM aos municípios de Corumbá e Ladário, houve diferença do primeiro trimestre de 2024 para o primeiro trimestre de 2025? e f) se a resposta da letra "e" for positiva, qual o motivo? Justificativa. Corumbá detém as maiores reservas de minério de ferro e de manganês do mundo, e da melhor qualidade, senhor presidente. E

estranhamente o valor da CFEM, que é uma contribuição cuja maior parte fica para os municípios, vem sendo reduzido, quando, em contraste, em relação a 2024, houve um aumento substancial da exportação de minério de ferro em 2025, por conta da melhor navegabilidade do rio Paraguai este ano. Segundo as informações que me chegaram (e pretendo confirmá-las com a Agência Nacional de Mineração), quase que duplicou o valor exportado, mas estranhamente, na CFEM, que é a contribuição que as empresas mineradoras têm de pagar, houve uma redução. Isto é um absurdo, até porque essas empresas, principalmente o grupo novo que entrou lá, a LHG (que é do grupo J&F e JBS), têm aí uma quantidade explorada muito grande, e não está retornando para a região de Corumbá e Ladário o valor correspondente à CFEM. Isso não tem explicação, essa contribuição é feita de forma absolutamente obscura, e o que nós queremos é transparência: a empresa tem de se explicar, tem que dizer por que não está pagando corretamente a contribuição — até porque a exploração de minério de ferro pressupõe um passivo ambiental que o município tem de suportar, e essa compensação é o mínimo para essas empresas, que têm aí exportações muito grandes em termos de valor de mercado mundial. Nós vamos investigar a fundo a questão, queremos saber por que, tendo aumentado a exportação, reduziu-se o pagamento da CFEM. Vamos inclusive, a pedido do prefeito de Corumbá, fazer um convênio com a Agência Nacional de Mineração, para que o município acompanhe efetivamente essa verdadeira caixa-preta em que se transformou o pagamento da CFEM. Essas empresas, portanto, que exploram minério de ferro, precisam justificar corretamente o que estão pagando. Nós vamos investigar a fundo! Elas terão de pagar aquilo que é devido ao Estado de Mato Grosso do Sul e aos municípios de Corumbá e Ladário, eles não são donos da exploração, eles simplesmente detêm a concessão para explorar essas jazidas de minério — e devem uma explicação à sociedade sul-mato-grossense. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao deputado federal Beto Pereira, solicitando providências junto ao Governo Federal no Ministério das Mulheres para implementar a instalação uma Casa da Mulher Brasileira no município de Corumbá. Esta indicação está sendo feita a pedido do vereador Chicão Vianna, do PSB de Corumbá. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Jamilson Name...
Deputado Professor Rinaldo com a palavra no Pequeno Expediente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas. Bom dia, senhores aposentados, nossa eterna solidariedade a vocês, sejam muito bem-vindos. Senhor presidente, eu vou encaminhar à Mesa logo mais uma moção de pesar pelo falecimento de um garoto que eu conhecia havia um bom tempo,

filho do pastor Agnaldo Simões — infelizmente, faleceu ontem à tarde, por conta de uma meningite. Até gostaria de informar a Vossa Excelência que daqui a pouco vou me ausentar, mas fico on-line, até porque há um projeto nosso na pauta. Encaminho então essa moção aos familiares do jovem Daniel Simões, que precocemente nos deixou ontem à tarde. Registramos, pois, nosso sentimento de pesar e pedimos a Deus que dê força ao Agnaldo Simões, à sua esposa, demais familiares, a todos que tiveram o privilégio de conviver com o Daniel nesta Terra. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela Rádio e TV ALEMS. Meus cumprimentos aos colegas aposentados e pensionistas presentes, erguendo faixas, fazendo suas legítimas reivindicações na questão da previdência social — contem com o nosso apoio. Moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Ailton Pinheiro Ferreira, conhecido como "Ailton Cuiabano", ex-prefeito do município de Bataguassu, pelo seu falecimento ocorrido no dia 12 de abril de 2025, aos 85 anos de idade. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Ailton Pinheiro Ferreira, carinhosamente conhecido como 'Ailton Cuiabano', ex-prefeito do município de Bataguassu. Liderança marcante e respeitada, Cuiabano dedicou sua vida à vida pública e ao desenvolvimento do seu município. Vice-prefeito entre 1970 e 1973, exerceu três mandatos como prefeito, de 1983 a 1988, de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004, somando mais de uma década de gestão à frente do Executivo municipal. Sua trajetória foi marcada pelo trabalho, compromisso e amor por Bataguassu. Neste momento de luto, o Parlamento sul-mato-grossense presta solidariedade aos familiares, amigos, a toda a população bataguassuense enlutada pela perda de um verdadeiro exemplo de homem público. Que Deus conforte os corações dos familiares e amigos, e que o legado de Ailton Cuiabano siga inspirando as futuras gerações." Senhor presidente, o senhor Ailton Ferreira, além de grande amigo, foi para mim um grande apoiador. Se hoje estou deputado estadual, se cheguei a ser prefeito de Bataguassu por dois mandatos, devo muito ao incentivo, ao apoio que recebi do seu Ailton Cuiabano. Na eleição de 2012, ele andou comigo por todas as propriedades rurais da região, apresentando aquele delegado de polícia como candidato a prefeito. Tenho, portanto, uma gratidão muito grande... Mas não só por isso, a história de Bataguassu se confunde com a história do Ailton Cuiabano, que lá chegou como pioneiro junto com a Companhia Viação,



abrindo aqueles municípios, abrindo aquela região. Bataguassu tem uma gratidão muito grande pelo seu Ailton, por sua família. Daí, portanto, a moção, que faz justiça ao que este nome representa para o município de Bataguassu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, como já foi feita a mesma moção pelo deputado Paulo Corrêa e por outros colegas, eu sugiro, com sua permissão, que façamos a moção pela Casa.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza, é uma justa homenagem que faz esta Casa, pela dimensão do trabalho prestado pelo seu Ailton para Bataguassu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sai então a moção em nome da Casa.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Trago também uma indicação, a ser encaminhada ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, com cópia autônoma ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, solicitando a implantação de um posto da Polícia Militar no bairro Cristo Rei, no município de Anastácio. A medida visa a ampliar a presença policial na região, com foco na prevenção da criminalidade e num atendimento mais ágil às ocorrências registradas no local. Esse pedido vem de lideranças de Anastácio, mas a gente sabe que outras localidades também clamam pela presença da PM, há muito distrito com dificuldade de efetivo... Há uma turma se formando aí, e esperamos ansiosamente que esses policiais sejam designados principalmente para o interior, já que a Capital recebeu uma importante quantidade de policiais na última lotação. O interior, portanto, aguarda ansioso esse efetivo, e não só da PM, da Polícia Civil também (que aguarda o concurso). Senhor presidente, era só isso hoje. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Pedrossian.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando providências para viabilizar a disponibilização de equipamentos tecnológicos e a realização das reformas necessárias na Escola Municipal Polo João Rodrigues, KM 10, sem número, vila Nossa Senhora Aparecida, no município de Amambai. Justificativa. A presente indicação atender a uma demanda encaminhada pela senhora Luciene Menas Alves Moreira, diretora da Escola Municipal Polo João Rodrigues, uma das instruções de ensino mais antigas do município de Amambai. A unidade escolar encontra-se em situação que demanda atenção urgente quanto à sua

infraestrutura e aos recursos pedagógicos disponíveis. Atualmente há apenas um banheiro destinado ao uso de todos os professores e demais funcionários; diante disso é necessária a construção de dois banheiros adicionais, de modo a oferecer melhores condições de trabalho. Além disso a escola não dispõe de um almoxarifado para o armazenamento dos materiais utilizados nas aulas de educação física e outras atividades. No que diz respeito aos recursos tecnológicos, a instituição também enfrenta limitações significativas, a aquisição de cinco computadores e quatro lousas digitais se faz essencial para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando aos alunos o acesso a ferramentas modernas e mais atrativas, que contribuem diretamente para a qualidade da educação oferecida. Sem mais, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste plenário e também pela Rádio e TV ALEMS. Eu vou apresentar hoje, presidente, uma moção de repúdio à empresa Lojas Americanas S/A, devido a um episódio que ocorreu aqui em Campo em uma de suas unidades. O que ocorreu nessa unidade foi que um cadeirante foi brutalmente agredido por um dos seguranças da loja, conforme amplamente noticiado pela imprensa, no dia 15 de abril agora. As imagens mostram o segurança desferindo um tapa na cabeça do cadeirante, empurrando-o da sua cadeira de rodas, derrubando-o ao chão e desferindo ainda um chute na barriga desse pobre homem. A violência foi cometida sem qualquer possibilidade de defesa pela vítima, o que evidencia abuso de poder, o que evidencia uma conduta inaceitável e desumana. A empresa, embora tenha anunciado o desligamento do funcionário e declarado repúdio à violência, não pode se eximir da responsabilidade por atos em seu nome praticados por prepostos, especialmente no exercício da função de segurança privada, cuja atuação deve obedecer aos limites da legalidade, proporcionalidade e respeito à dignidade humana, especialmente das pessoas vulneráveis. É inadmissível que em pleno 2025 ainda presenciemos atos de tamanha barbárie contra pessoas com deficiência, o que reforça a necessidade de fiscalização sobre os serviços terceirizados, de formação adequada para os profissionais de segurança e de políticas efetivas de inclusão e respeito aos direitos humanos. A meu ver este Parlamento não poderia se furtar a trazer esse caso que, infelizmente, vem repercutindo muito no estado, ainda mais no momento que se fala tanto de política de inclusão, de acessibilidade... Também apresento uma indicação, ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando a disponibilização de energia elétrica trifásica na região do assentamento Vitória da Bagagem, no município de Antônio João. Esta é uma crescente demanda dos produtores rurais do referido assentamento, os quais relatam enfrentar sérias limitações operacionais devido ao

fornecimento monofásico de energia que se oferece na região. Tal configuração não atende às necessidades técnicas exigidas para a operação de equipamentos agrícolas de maior porte, como silos, secadores de grãos, sistemas de irrigação e demais maquinários de uso intensivo, essenciais para o aumento da produtividade rural. Essa região de Antônio João tem apresentado importante expansão na produção agrícola, especialmente no cultivo de milho e na implantação de unidades de armazenamento; sendo assim, muitos produtores mostram-se interessados em investir no aprimoramento das suas atividades, só que isso acaba se tornando inviável devido à deficiente configuração da energia. Outra indicação, esta ao governador Eduardo Riedel, ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a realização de um mutirão para a emissão da nova Carteira de Identidade Nacional, na região da Grande Dourados. A nova Carteira de Identidade Nacional, que unifica o número do CPF como identificador principal, vem sendo amplamente adotada em todo o país, visando a modernizar e facilitar a identificação civil do cidadão. Todavia, muitos moradores da Grande Dourados nos relatam que estão enfrentando dificuldades para agendar a emissão do novo documento devido à alta demanda e à limitada capacidade de atendimento dos postos locais. A exemplo do que será realizado em Corumbá, onde um mutirão foi articulado para atender aquela população, que enfrenta obstáculos semelhantes, propõe-se portanto a realização de uma força-tarefa na região da Grande Dourados para que se possa oferecer esse serviço de forma mais ágil eficiente. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Primeiramente, pela ordem, senhor presidente... Gostaria de parabenizar a atitude do Governo do Estado, que exonerou o servidor que desejou a morte do ex-presidente Bolsonaro. Não se trata de ideologia, senhor presidente, trata-se de decência e respeito ao próximo. E o combate ao ódio, à intolerância, deve ser feito com ações como essa praticada pelo Governo do Estado. Comportamento adequado e respeito é o mínimo que se espera de um servidor público, que precisa trabalhar com muita efetividade para atender as pessoas. Passado isso, senhor presidente, tenho aqui uma moção de congratulação, endereçada à doutora Ana Cláudia Medina, delegada titular do Departamento de Repressão e Corrupção ao Crime Organizado, extensiva a toda a equipe dessa delegacia especializada, em virtude do desdobramento da operação nacional intitulada "Adolescência Segura". No Estado de Mato Grosso do Sul toda a operação foi conduzida e coordenada pelo Dracco, com a direção da doutora Ana Cláudia, operação que contou ainda com o suporte técnico do Núcleo de Computação Forense, do Instituto de Criminalística. Essa operação, senhor presidente, é parte de um esforço nacional articulado pelo Laboratório de Operações Cibernéticas, abrangendo além do nosso

mais sete estados (Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás). Se aprovada, senhor presidente, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado Estadual Coronel David, em nome de seus pares e do povo sul-mato grossense, vem à honrosa presença de Vossas Excelências consignar o merecido respeito à doutora Ana Cláudia Medina, delegada titular do Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado, extensiva a toda a equipe dessa delegacia especializada, em virtude do desdobramento da operação nacional intitulada "Adolescência Segura". Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara... Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, demais pares, bom dia aos que nos honram com a sua presença neste plenário e aos que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, quero registrar três indicações. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos para a reforma e manutenção urgente da ponte sobre o rio Três Barras, localizada na divisa dos municípios de Paranaíba e Aparecida do Taboado, nas imediações do ponto conhecido como Pé de Galinha, com a devida justificativa anexa. A proposta fundamenta-se em reivindicação de moradores que utilizam a ponte em questão, os quais se queixam do seu precário estado de conservação. A estrutura da ponte, segundo eles, apresenta sérios sinais de deterioração, o que põe em risco a segurança de todos que dependem dessa via, seja para o transporte de mercadorias, seja para deslocamentos diários, especialmente de estudantes e trabalhadores. Na segunda indicação, também endereçada ao governador e ao secretário Alcântara, solicitamos estudos técnicos de viabilidade para a pavimentação asfáltica da MS-448, rodovia que dá acesso à aldeia Lalima, localizada no município de Miranda. A 448 desempenha papel crucial na interligação do município de Miranda com a aldeia Lalima, além de servir de acesso a diversos assentamentos rurais da região. Contudo a referida via encontra-se atualmente em condições precárias, sem pavimentação, o que dificulta o tráfego de veículos, especialmente nos períodos chuvosos, quando a estrada se torna praticamente intransitável (justificativa anexa). Por último registro uma indicação, esta também ao governador Riedel, solicitando a realização de estudos, com a máxima urgência (e providência) para que se faça a limpeza e manutenção da pista, com a roçada da vegetação das margens, da MS-162, especialmente no trecho que interliga o município de Dois Irmãos do Buriti com a BR-262. A presente indicação fundamenta-se na Constituição



Federal, cujo artigo 23 diz que "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (inciso II)." Esta é uma solicitação dos munícipes daquela região. Era o que tínhamos, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, como estamos na Semana Estadual da Segurança Pública, quero fazer aqui algumas indicações nesse sentido. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais da Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, solicitando a reforma geral da 9ª Companhia Independente de Polícia Militar, sediada no município de Dourados. Com efeito, constatamos a necessidade dessa melhoria, e nada mais apropriado que fazer essa reivindicação agora na Semana Estadual da Segurança Pública. No mesmo sentido, encaminho ao governador e ao secretário de Justiça e Segurança Pública uma indicação solicitando a reestruturação da rede elétrica, com instalação de placas solares, no 2º Grupamento de Bombeiros Militar do município de Dourados. O grupamento precisa dessa melhoria para manter a eficiência do atendimento à população. Outra coisa, senhor presidente, é que as fortes chuvas que assolam nosso estado estão provocando uma grave situação na MS-141, que liga o município de Ivinhema ao município de Angélica. As fortes chuvas estão alagando a pista na altura do córrego Azul. A rodovia necessita de reparos e de melhorias para que a drenagem de fato aconteça, evitando-se assim essa enxurrada por sobre a pista. Assim sendo, estou encaminhando uma indicação ao governador, com cópias ao secretário de Infraestrutura e Logística e ao diretor-presidente da Agesul, para que se faça uma imediata vistoria técnica no local. Pela MS-141 faz-se todo o transporte de cana, de insumos, enfim, da Adecoagro de Ivinhema, da Adecoagro de Angélica, além do transporte dos trabalhadores das duas usinas. É pois um trecho muito utilizado, e o atual estado da via tem colocado em risco a vida da população local. Então é necessária uma intervenção urgente! Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, solicitando, com a devida vênias, a limpeza (corte da grama) da área interna e do entorno da Escola Estadual

Rita Angelina, em Dourados. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando, com a devida vênua, providências urgentes com vistas à regularização do fornecimento de energia elétrica na zona rural do município de Nova Andradina, notadamente nas comunidades do Laranjal, de São Bento e dos assentamentos Santa Olga, Tejim e Casa Verde, visto que tais localidades vêm sendo afetadas por constantes e prolongadas interrupções no serviço. Indicação. Outra indicação ao diretor-presidente da Energisa, solicitando, com a devida vênua, um serviço contínuo e eficaz de poda de árvores e de limpeza do mato sobre a rede elétrica instalada na zona rural, nos municípios do estado. Temos recebido muitas reclamações com relação ao fornecimento de energia em vários municípios... Aproveito o tempo que me resta, presidente, para comentar essa exoneração do servidor que desejou a morte de um ex-presidente. Gostaria de lembrar que o ex-presidente Bolsonaro ganhou a eleição falando em matar comunistas, matar petistas", há vários vídeos em que ele aparece falando sobre isso. Nós recebemos a informação que deputados do PL falaram em enforçar uma ministra que falava sobre o clima, *enforçar* no sentido de silenciar uma mulher; e tivemos também aqui outro deputado do PL que desejou a morte do presidente Lula alguns dias atrás. Portanto, quem semeia ódio não colhe amor. É curioso ver o PL agora falando contra o ódio, semeando amor, porque quem plantou o ódio neste país, quem começou com essa pauta do ódio no país nós sabemos quem foi... pois estão é bebendo do próprio veneno. Eu defendo que não devemos falar sobre morte, devemos falar sobre vida, sobre propostas que garantam a vida, ou seja, devemos promover o amor e combater o ódio, sempre, e o PL, infelizmente, tem demonstrado pelo país afora que não tem esse compromisso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01187/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 1195/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01194/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de congratulação (Prot. nº 01181/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: um requerimento (Prot. nº 01189/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma moção de pesar (Prot. nº 01191/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 01192/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01198/2025, 01197/2025, 01196/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de pesar (Prot. nº 01193/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 01186/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01188/2025); um requerimento (Prot. nº 01190/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01185/2025, 01184/2025, 01183/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

No Grande Expediente, pelo livro de inscrição, o deputado Neno Razuk... Por inversão do tempo, o sempre gentil deputado Neno transfere a palavra à elegante deputada Lia Nogueira. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — (sem revisão da oradora) — Muito bom dia, presidente, demais colegas, público que nos acompanha. Presidente, agradeço ao deputado Neno Razuk pela inversão do tempo. Pedi a palavra para que possamos aprofundar um debate que iniciamos nesta Casa de Leis ontem, até pela sugestão de vários colegas parlamentares de que realmente esse tema devia ser objeto de ampla discussão. Portanto, como deputada que representa também as mães atípicas de Mato Grosso do Sul, ainda mais agora em abril, mês tão importante, mês de conscientização sobre o autismo, decidi trazer esse assunto hoje. Ontem, apresentamos uma indicação para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, solicitando-lhe que acompanhasse de perto um caso de violência contra um estudante autista numa escola da rede estadual de Três Lagoas. Esse estudante foi agredido, sofreu *bullying*, foi hostilizado por dois colegas daquela instituição de ensino, dois colegas da mesma sala de aula. Esse estudante volta e meia vinha sendo humilhado, seus algarozes por vezes chegavam ao ponto de lhe roubar o lanche, para que ele ficasse com fome no recreio. E a coisa culmina agora com uma agressão física, ele levou um tapa no rosto: isto é o que consta no boletim de ocorrência registrado pela mãe. Os mesmos colegas de sala chegaram ao cúmulo de obrigá-lo a beijar-lhes os pés. Ora, é inaceitável tal situação, ainda mais em pleno século XXI, época em que se discute tanto política pública, uma política pública efetiva, de inclusão, de acessibilidade, nessa época em que tanto se prega que a sociedade tenha um olhar de respeito, inclusive para com as pessoas com deficiência, particularmente os autistas. Além de fazer essa indicação, decidimos examinar como está essa realidade hoje em nível nacional, mas infelizmente nosso país carece de dados oficiais sistematizados sobre casos de violência contra pessoas do espectro autista, o que dificulta obviamente o dimensionamento do problema. Para uma mãe como eu, relatos assim fazem sangrar o coração... Porque meu filho, deputado Paulo Duarte, quando criança, no ensino regular, também sofreu violência. Com efeito, estudos e reportagens pintam uma realidade preocupante. Ano passado, numa reportagem exibida no *Jornal da Record*, ficamos sabendo que no Brasil a cada (prestem atenção) trinta minutos! registra-se um caso de violência contra criança com autismo no país. É um índice, gente, muito alto. Outras pesquisas apontam que estudantes com Transtorno do Espectro Autista são frequentemente vítimas de *bullying* nas escolas; um estudo realizado no Ceará revelou que 76% dos alunos com TEA envolvidos em situação de *bullying* eram... vítimas. Esses dois dados, deputado Neno Razuk, foram alguns que conseguimos obter, mas esses dois casos por si só já demonstram uma situação crônica. Voltando a Mato Grosso do Sul, gostaria de abordar outro caso, que não sei por que não ganhou repercussão. Mês passado, em Cassilândia, um adolescente autista foi hostilizado

por dois rapazes, foi induzido a abusar de um cavalo! Embora repercutido nas redes sociais o vídeo, o fato é que a gente não ouviu falar muito sobre isso. Um adolescente de treze anos. Treze anos! A deputada federal Carla Zambelli fez um requerimento ao Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul solicitando a abertura de inquérito policial para apurar esses supostos abusos contra esse menor autista. Isto aconteceu com um adolescente de treze anos! aqui em Mato Grosso do Sul. Os vídeos, deputado Pedro Kemp, são estarrecedores, causam repulsa e indignação. Os vídeos mostram dois adultos praticando atos de violência contra esse adolescente autista, inclusive a cena em que eles obrigam o menor a interagir com o órgão genital de um cavalo! É deprimente, fico até sem palavras... Esse vídeo demonstra a barbárie da qual nossos jovens, nossas crianças, nossos adolescentes têm sido vítimas. Eu decidi abordar esse tema, porque estamos aqui nessa enorme luta, presidente, com as mães atípicas, mães que encontraram neste Parlamento estadual uma forma de ser ouvidas — elas vão por aí quase gritando, só que ninguém as ouve —, mães atípicas que praticamente toda semana aparecem neste plenário, e com relatos realmente de doer a alma. E muitas são mães-solo... As pesquisas revelam que quando uma criança é diagnosticada com autismo, os parceiros dessas mães simplesmente as abandonam, deixando-as à própria sorte, sozinhas. Elas tentam gritar, mas ninguém as ouve. Tentam buscar algum socorro do poder público, algum suplemento, uma fralda, um leite específico, mas elas encontram quase sempre as portas fechadas. Estamos debatendo essa mudança aqui em Mato Grosso do Sul, porque cabe ao Estado dar essa assistência, *Estado* aqui entendido como União, Estados e Municípios. Nós precisamos ouvir e socorrer essas mulheres, mulheres que, além de ver toda essa ineficiência do Estado em atendê-las, têm ainda de suportar a dor dessa violência praticada contra os filhos, essa violência praticada em ambiente escolar, onde essa criança deveria, deputado Caravina, estar sendo acolhida, inserida. Porque a lei é clara, é "ensino regular com acompanhamento do professor-apoio"; mas daí nos deparamos com casos como esses de Três Lagoas, de Cassilândia, e começamos até a duvidar: será que o ser humano tem jeito?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputada Lia, primeiramente eu queria parabenizá-la por trazer este assunto na sessão de hoje. Eu queria dar um depoimento aqui como psicólogo. Eu trabalhei na Secretaria de Educação do Estado, na Educação Especial, que atende crianças com deficiência. Na época recebíamos muitas denúncias de adultos que cometiam abusos contra crianças com deficiência, tanto meninas quanto meninos. E esses agressores às vezes eram da própria família (pai, padrasto, um irmão mais velho, um tio). Realmente esses casos precisam ser denunciados. Uma vez atendi a um caso de um menino de oito anos que estava sendo abusado pelo padrasto; quando chamei a mãe para

conversar na escola, ela disse assim: mas se eu denunciar meu marido, quem é que vai sustentar meus cinco filhos? A mãe, muito carente, dependente financeiramente do marido, acabava sendo conivente com uma situação da qual ela tinha pleno conhecimento. Essa criança foi então cada vez mais apresentando problemas na escola, não aprendia, não conseguia interagir com os colegas. Ou seja, aquela situação de abuso estava comprometendo totalmente o futuro daquela criança. Eu tenho bastante contato com as Apae's, com as Pestalozzi's, com instituições que atendem crianças com deficiência, e são frequentes os relatos de abusos cometidos contra essas crianças. Hoje Vossa Excelência traz aqui situações envolvendo criança com autismo. Pois hoje crianças com autismo são em número cada vez maior, elas estão presentes nas famílias, nas escolas, estão em toda a sociedade. De fato precisamos estar atentos a essa situação de violência, de *bullying* e de abuso sexual. E aí, deputada, nós temos de fazer um apelo à sociedade: não seja conivente, não deixe passar em branco essas situações. Precisamos denunciar! Precisamos denunciar ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar, precisamos fazer chegar ao conhecimento das autoridades a situação, para que esses agressores sejam punidos. Vossa Excelência tem razão ao se perguntar se dá para acreditar no ser humano ainda, diante de barbaridades assim, principalmente envolvendo adolescente, criança, vulneráveis... Na época eu orientei aquela mãe dizendo-lhe que a escola tinha o dever de denunciar o marido dela por aquela grave violência. No final a mãe concordou, nós a inserimos em programas sociais para ela receber algum benefício, poder sustentar os filhos, e de fato a denúncia foi feita: a denúncia tem de acontecer. Como Vossa Excelência bem assinalou, esse caso envolvendo aí um cavalo de fato nem repercutiu tanto, mas nós precisamos trazer isso à tona e dizer que esses fatos são inaceitáveis! Nós temos de combatê-los e os agressores têm de ser processados e punidos por essas atrocidades cometidas. Parabéns pelo pronunciamento. Obrigado.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputado. Pois não, deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputada Lia, parabéns por trazer essa pauta. Acho fundamental discutir a violência contra a criança, e a violência acontece principalmente contra pessoas em situação de vulnerabilidade — e as crianças com deficiência são ainda mais vulneráveis. O ser humano tem jeito? Eu acredito que sim. Para isso precisamos conversar, dialogar, sensibilizar as pessoas para essa pauta: quanto mais gente nessa luta, tanto mais condições temos de avançar, de melhorar a sociedade, torná-la mais inclusiva. E penso também que um dos caminhos para isso será pelo viés da educação, e nós estamos muito preocupados com a Educação Especial, pois não há professores capacitados em número suficiente para cuidar das crianças dentro das escolas: esta é uma realidade que eu tenho escutado com frequência dos professores. Essa

dificuldade existe porque não temos uma política eficaz de atendimento à população com deficiência: precisamos debater as políticas na educação... E me preocupa muito a violência contra a criança deficiente, porque com as outras é possível dialogar, perceber sinais de violência; com uma criança deficiente, porém, não é assim, nem sempre o professor é capaz de enxergar os sinais de violência nessas crianças, e isso é muito preocupante, muito sério. Precisamos debater então muito mais essa pauta, aprofundar a questão, trazê-la para a Assembleia Legislativa, dialogar com a Secretaria de Educação, precisamos oferecer a essas crianças um atendimento psicológico, para as mães dessas crianças — Vossa Excelência, deputada Lia, é uma mãe atípica, sabe como é complexa a questão —; precisamos também oferecer um atendimento aos professores que estão nessa linha de frente. É, portanto, uma pauta extremamente importante, urgente, necessária. Parabéns, deputada Lia, por trazer esse debate. Provoque-nos mais, até porque a senhora, mãe atípica que é, tem até mais autoridade para falar do tema (assim como o deputado Neno). Precisamos realmente avançar, que é preocupante a situação... Além dos casos já mencionados, ontem vimos um vídeo mostrando uma pessoa idosa de cadeira de rodas em frente à Americanas, um agente de segurança da própria loja a empurra, derruba e dá-lhe pontapé. Percebe-se realmente uma atmosfera de violência na sociedade, e precisamos conversar sobre essa violência gratuita, essa violência sem qualquer explicação. Parabéns e conte conosco nesse debate.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — A fala de Vossa Excelência é de uma importância fantástica, porque nos dá uma orientação e, mais ainda, porque Vossa Excelência sofre na pele o drama de ter um filho autista. Eu não posso criar despesa, mas eu sempre sugeri ao Governo do Estado que cada sala de aula da rede estadual tivesse uma psicóloga para dar uma aula. Porque no meu tempo de criança (faz muito tempo!) jamais eu iria agredir de alguma forma meu coleguinha, porque eu tinha certeza que era chegar em casa e eu ia apanhar da minha mãe. Hoje as crianças provêm de núcleos familiares totalmente desestruturados; então, se não houver uma orientação conscientizando os alunos de que há crianças diferentes, com uma condição especial, com autismo e tal, será difícil sanar o problema. Se uma psicóloga desse uma palestra digamos de duas horas para essas crianças, já na tenra idade, para elas aprenderem que há diferenças, aprenderem a amar, a respeitar, a ajudar, isto seria uma importante ferramenta para ajudar na solução disso aí. Hoje muita gente não tem mais berço, você chega numa periferia, mesmo de cidade pequena, é droga, é alcoolismo, é gravidez precoce, é uma

desestruturação total, é uma porção de coisas que existe numa sociedade desinformada. E como se poderia fazer essa substituição dos pais? Na minha visão, na escola, através do trabalho constante de uma psicóloga em cada cidade do Mato Grosso do Sul para dar essa orientação, para ensinar que há diferenças, para ensinar a amar ao próximo desde pequeno — no meu ponto de vista, só se resolveria dessa forma. O que poderia fazer a Justiça, se não sabe quando que um episódio desses vai acontecer?!... Porque uma criança de dez, doze anos não autista não sabe diferenciar dela uma criança autista. Esse *bullying* que Vossa Excelência contou, do cavalo, isso para eles, na minha visão (que eu também fui criança), é uma simples brincadeira, apesar de ser uma brincadeira de mau gosto. Além disso, nem governo, nem autoridades têm como prever que hora que vai acontecer isso. É igual ao feminicídio, você previne, coloca tornozeleira, é medida protetiva: no outro dia esse cara, com tornozeleira e tudo, mesmo arriscando tomar trinta anos de cadeia, ele vai lá e mata! É um repente que ninguém pode prever, autoridade nenhuma pode prever. E assim é no caso do *bullying*, pois uma criança de doze anos não tem capacidade de entender o problema, ela não é autista mas é incapaz de discernir as coisas, de aprender a respeitar. Então, de novo: na minha visão o governo bem que poderia pensar em colocar uma psicóloga para dar uma palestra todo dia, toda semana nas escolas estaduais.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada. Só para esclarecer, deputado, nesse caso do animal a vítima é uma criança autista de treze anos e os agressores são dois adultos e um adolescente. E isso é crime! não é uma simples brincadeira de mau gosto.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Um aparte?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Parabéns pela fala, deputada Lia, pela coragem de trazer esse tema aqui. Estamos no mês de conscientização do autismo, mas infelizmente ainda vemos nas redes sociais centenas de vídeos de casos assim. E não é só com autista, deputada, agora aqui no estado mesmo tivemos esse caso do professor de judô que deu uma rasteira num aluno, que o espancou, aluno autista. A diretora da escola alegou que o aluno estava tendo uma "crise sensorial", que aquilo foi para imobilizá-lo. Mas para mim isso é falta de preparo, falta de treinamento. Já são vários casos de intolerância com pessoas com deficiência. Agora mesmo aqui em Campo Grande, em frente a uma loja, um cadeirante foi espancado por um segurança, tentaram justificar alegando isso, aquilo... Mas não interessa o motivo, não é papel de segurança ser justiceiro, se houver algum motivo, que se chame a polícia, não ele ir lá e agredir o cadeirante, uma covardia. E a covardia com as pessoas especiais acontece no dia a dia em tudo que é lugar. Em 2000 nascia um autista para cada 150 recém-nascidos, hoje a Organização Mundial da Saúde já

fala em 36, podendo, nesse ritmo de crescimento, chegar a um autista a cada três nascimentos. Ou seja, nossos sistemas de saúde e de ensino não estão preparados para enfrentar o que está aí, tampouco o que está por vir. A deputada Gleice e eu, pais de crianças especiais, sabemos que os nossos filhos tiveram e têm direito de ter um professor os acompanhando. Só que o acompanhamento do professor não é suficiente: todos os professores têm de ser preparados e qualificados para lidar com as pessoas com necessidades especiais. E esta casa precisa passar a ter uma comissão permanente para tratar desse tema. O Governo do Estado tem também que destinar um recurso para essa capacitação dos professores. Agora a deputada Lia e o deputado Rodolfo Nogueira garantiram uma emenda para a contratação de um neuropediatra exclusivo para fazer o laudo, na Policlínica de Atendimento Infantil do município; e os pais sabem o sofrimento que é, a demora que é para conseguir um laudo. Isso tudo é um trabalho para o qual o Governo do Estado tem que se preparar. Mas é um cenário que eu não vejo com otimismo, pois não vejo nenhuma mudança acontecendo; e se esta Casa não se unir e cobrar realmente das autoridades responsáveis, não haverá mudança, os números só vão crescer e o tratamento vai ficando para trás. Quantas pessoas não tiveram seu desenvolvimento prejudicado, porque não tiveram o tratamento adequado! Quantas crianças aí não acabam sendo até abandonadas, porque a família não dá conta de cuidar delas. Eu escutei relatos até de dentro da Juliano Verela, eu estava conversando com um pai que me contou duma mãe que tirou a vida do próprio filho e depois se suicidou, porque não aguentava mais a situação. E, insisto, se esta Casa não se unir e cobrar uma ação efetiva do Governo do Estado, que ele realmente destine uma verba, um recurso, um percentual do orçamento para que as mudanças aconteçam, a situação a meu ver vai ficar cada vez pior, deputada. Infelizmente o cenário é este. Mas de novo: parabéns pela fala, pela coragem.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigado, deputado Neno, pela colaboração. Eu decidi trazer esse tema aqui, presidente Gerson Claro, porque ontem fui entrevistada num podcast, e a principal pergunta foi esta: O que o Parlamento estadual está fazendo com relação às pessoas com deficiência, aos autistas? Respondi falando de uma série de projetos que temos aqui, de valorização das famílias, de oferecimento de benefício, de um auxílio mensal, deputado Pedro Caravina, respondi detalhando todo esse suporte. Agora, nós precisamos também que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul abrace essa causa conosco; precisamos falar de programa de saúde mental para essas mães atípicas que estão desesperadas, que não são ouvidas, que não têm um auxílio psicológico, que não têm acompanhamento. Precisamos falar de professores-apoio nas escolas da rede estadual de ensino, mas de professores que tenham capacitação para atender essa criança com autismo; não dá para simplesmente colocar um estagiário (não desmerecendo o trabalho dos estagiários) para cuidar de algo tão peculiar, e precisamos, claro, sensibilizar a sociedade para essa causa. Como assinalou o deputado Neno, a tendência é de aumento

do número de pessoas com espectro autista, e o Estado precisa estar preparado para abraçá-las e fazer essa inclusão... Pois não, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputada Lia Nogueira, primeiro queria lhe dizer da admiração que tenho pelo seu trabalho, você (permita-me usar o você) me contou essa história de luta sua, você é uma mulher guerreira, uma deputada que defende causas importantes. Há pouco eu dizia ao deputado Zé Teixeira que não é que haja mais autistas hoje, há mais diagnósticos, porque antes essas pessoas eram isoladas, chamadas de loucas, sei lá do quê, e não havia o diagnóstico. Você tem toda a razão quando enfatiza o cuidado que se precisa ter nas escolas com essas pessoas, que têm de ser efetivamente incluídas, não deixadas à margem do processo educacional. Você com certeza é uma guerreira que vai à luta empunhando essa bandeira, você tem aqui o nosso apoio. E quero aqui publicamente dizer, deputada, da minha admiração pelo seu trabalho, pela sua luta, como mãe, que não é fácil. É isso, vim aqui para registrar a minha admiração pelo seu trabalho e para declarar o meu apoio à causa.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigado, deputado. Para encerrar, presidente, quero dizer que aqui no estado este ano estamos avançando muito nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Guardadas as devidas proporções, precisamos nesse caso do mesmo olhar de cuidado que vem sendo adotado no caso da violência contra as mulheres, de modo que se inclua em nossa dotação orçamentária planos de segurança, planos na educação, mobilizando políticas públicas efetivas: é fundamental e é urgente. E é como costume dizer, isso não é custo, não é gasto, isso é investir na dignidade, na vida das pessoas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre se há quórum para as deliberações.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, todos os deputados presentes, havendo portanto quórum suficiente para as deliberações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Lembro aos senhores deputados que na próxima terça-feira vamos inaugurar faremos a inauguração do nosso refeitório, conto com a presença de todos. Atendendo a solicitação do professor Rinaldo, vamos votar primeiro o item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 111/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul a Medalha e o Diploma de honra ao Mérito Legislativo, para homenagear as pessoas físicas e jurídicas que se destacarem no desenvolvimento profissional e nas atividades de natureza social." A Comissão de Constituição, Justiça e

Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, pela ordem... Enquanto os colegas vão votando, só gostaria de esclarecer a todos os presentes que esse projeto de resolução tem por objetivo criar a medalha e o Diploma "Celso Costa". Celso Costa, que era arquiteto, deixou um legado extraordinário como homem público e, acima de tudo, como profissional. Esse é o projeto que estamos votando hoje em primeira, e já agradeço ao presidente Gerson por acolher a inversão de pauta — estou me retirando agora para ir ao velório de um amigo. E agradeço aos colegas que estão votando favoravelmente. Tenho certeza que a classe dos arquitetos de Campo Grande, de Mato Grosso do Sul, sentir-se-á prestigiada com a criação dessa medalha, desse diploma, eternizando-se assim o nome do professor, do ex-vereador desta cidade, Celso Costa. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00111/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Presidente, são vinte dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Agora vamos votar o Item 1.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero pedir vista do projeto do Item 1, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Saindo de pauta portanto o Item 1, com vista para o deputado João Henrique. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 176/2024. Autores: deputado Gerson Claro e deputado Paulo Duarte. "Acrescenta dispositivos à Lei no 4.282, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da Tabela de Serviços do Departamento Estadual de

Trânsito de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Só para esclarecer, senhores deputados, existe a previsão legal federal de converter multa de natureza média ou leve (quando o infrator não tiver cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses) em advertência. Ocorre que a maioria dos Detrans, em cujos estados essa norma já virou lei, não está observando a determinação. Isso é obrigatório: uma vez identificado pelo sistema tal situação, o motorista não recebe a multa, não recebe a pontuação, recebe só advertência. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 176/2024, de autoria do deputado Gerson e outro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 009/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Dispõe sobre a divulgação do protocolo 'Não é Não'". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Registramos a presença do vereador Jéferson Lopes, o Jefinho, do município de Itaquiraí. Obrigado pela presença. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 009/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (Sem Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Gostaria de registrar a presença de todos os deputados (alguns virtualmente). Item 5. Em discussão única: 02 requerimentos, 01 indicação e 09 moções de congratulação. Os deputados que

os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Renata Chaparro da Rocha. Proposta pelos deputados Renato Câmara e Caravina, transformada em moção da Casa, em razão em razão do falecimento do senhor Ailton Pinheiro Ferreira. Proposta pelo deputado Antonio Vaz, que sai também em nome da Casa, em razão do falecimento do senhor Luiz Edil Gonçalves Duarte, o "Edinho de Bela Vista". Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Lembro novamente que os senhores deputados estão convocados: terça-feira temos Sessão Ordinária e a inauguração de um belo refeitório para todos. Registro a presença: do João Paulo Farias, presidente da Câmara de Caarapó; do Wilson Portela, vereador de Maracaju, terra boa; do presidente do Sindicato Rural, o "Ginão", que está organizando uma grande festa que acontecerá lá em Dourados (já fez em Amambai); estamos todos convidados. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Deputado Pedro Kemp. Transferida.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Paulo Duarte tem a palavra pela ordem.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Representando os parlamentares do fundão, quero dizer para o senhor que eu não tenho nada para *explicar* neste momento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou lhe dar uma explicação depois, deputado... Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Passo a presidência ao deputado Pedro Kemp, enquanto o deputado Renato Câmara dá suas explicações pessoais.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, cinco minutos serão suficientes. Quero falar de uma conquista muito importante — aproveitando a presença do presidente do Sindicato Rural de Dourados, o Gino Ferreira —, que foi o lançamento do "Plano de Desenvolvimento do Leite do Mato Grosso do Sul". Eu fico entusiasmado, porque, nobre presidente, essa proposta nasceu na Frente Parlamentar do Leite três anos atrás. Após vários seminários, em que tivemos a oportunidade de discutir esse importante tema, nós logramos fazer com que vários encaminhamentos nossos fossem acatados pelo governador, que assim agindo demonstrou sua disposição ao diálogo com esta Casa, demonstrou sua disposição de fazer parcerias com o produtor rural, com a cadeia produtiva do leite. Isso é muito positivo, porque o mercado do leite está sendo inviabilizado, está no rumo da extinção se não forem tomadas as devidas providências de estímulo, de apoio aos produtores rurais. Essa realidade fica patente ao observamos a curva de produção do leite nos últimos 15 anos. Em 2010,

comercializavam-se 517 milhões de litros por ano, e agora chegamos a 159 milhões de litros. Ou seja, estamos aí diante de uma queda drástica, dramática, que fez com que muitos produtores parassem suas atividades, com que muitos laticínios fechassem as portas, e muitos empregos foram extintos. E qual a razão disso? É preço?... É um cenário complexo, todavia, com esse plano de desenvolvimento, nós queremos que ressurgam oportunidades em nossa cadeia produtiva do leite. Um dos fatores que fez diminuir a produtividade do leite foi uma competição desleal empreendida por muitos países. Aqui fazemos fronteira com a Bolívia, com o Paraguai, aqui é uma porta de entrada de leite, da Argentina, do Uruguai, e muitas dessas marcas não têm a devida inspeção, não se recolhem impostos, e o produto chega mais barato ao consumidor, e de uma forma ilegal. E o produto por onde mais entra esse leite é a muçarela, que é praticamente uma *commodity*. Quando você pede uma pizza de muçarela, você não indaga qual é a marca da muçarela, você não sabe que muçarela vai ali; e várias apreensões já foram feitas de cargas de muçarela provenientes de outros países. Além disso temos estados que são grandes produtores, como São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás. Em nossas discussões tivemos a oportunidade de conhecer um pouco do que tornou Goiás um importante produtor de leite na atualidade — muitos aqui devem conhecer o leite Piracanjuba, presente com seus derivados em vários supermercados. E uma das questões que observamos foi a do baixo nível tecnológico da nossa produção, deficiência que Goiás superou. Com o plano de desenvolvimento da bacia leiteira, um ponto primordial é o melhoramento genético, e *melhoramento genético* de uma forma diferente; isso nós discutimos com as universidades, com os produtores, e a conclusão foi que melhoramento genético sem a participação de um técnico, sem um planejamento para receber esse melhoramento genético, isso não tem sentido. Porque se você coloca um gado de raça, ou que recebe um embrião, mas não tem boia, não tem comida para manter esse embrião, para manter a produção do gado, esse plano fica inviável, como já aconteceu em outras oportunidades, como no caso das famosas vacas do Uruguai que vieram para a região de Glória de Dourados. Hoje praticamente nenhum daqueles produtores que importaram essas vacas continuam na atividade. Então esse plano de desenvolvimento vai atacar esses pontos, como o do nosso baixo nível tecnológico; e como? através de alternativas que incentivem o produtor a ter tecnologia através de financiamentos, através de estratégia, de planejamento, de forma que ele possa atingir o objetivo geral do projeto, que é fortalecer a cadeia produtiva do leite de forma organizada. E para organizar essa produção, é importante criar uma associação em nível estadual, precisamos ir além das locais. Além do programa genético que vai atender o produtor, temos também o programa de apoio à indústria, isso é necessário para mantê-la ativa e em condições de pagar melhores preços ao produtor, e para que ela possa também investir na atividade láctea. Outro ponto fundamental é o da assistência técnica, que hoje em qualquer reunião de produtor de leite sempre vem à baila.



Além disso, precisamos observar o princípio da meritocracia no tratamento daqueles produtores que têm conseguido manter-se na atividade, através de estímulos, como prevê o programa de incentivo financeiro ao "Leite Vida". Se o produtor tem (há uma escala de benefícios) assistência técnica, produz mais de cem litros por dia, se a qualidade da sua produção já está num padrão adequado, então ele vai ter uma remuneração financeira. Então eu fico muito contente ao ver o fruto de um trabalho que ao longo dos últimos quatro anos temos desempenhado aqui na Assembleia Legislativa, com seminários, com a criação da Frente Parlamentar do Leite, com a apresentação de propostas, com a mobilização de produtores, com a busca de ideias novas, trazendo especialistas de outros estados; e com a participação fundamental do Governo do Estado...

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Tempo esgotado, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Para encerrar, assinalo a participação importante nesse processo do secretário executivo Beretta, do secretário Jaime, enfim, de todo o corpo técnico da Semadesc, que se debruçou sobre ideias muitas vezes desconexas, mas que no final das contas conseguiu apresentar um programa que vai impulsionar a produção do leite no estado, que é o pão de cada dia do pequeno e médio produtor; ele não fica dependendo só do ciclo produtivo da agricultura, ele tem uma renda diária, o que faz com que ele melhore de vida, que permaneça na propriedade rural gerando riqueza também para o estado. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta Presidência dá por encerrada a presente sessão (11h19min).